

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG Com Eduarda Esposito
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que interessa a Trump

Na América do Sul, o que chama a atenção dos Republicanos de Donald Trump é a tensão entre a Guiana e a Venezuela. E tudo por causa das empresas estadunidenses de petróleo. A Exxon explora o petróleo da Guiana e, se o regime de Nicolás Maduro resolver invadir a região de Essequibo, o mundo pode se preparar para ver uma guerra de peixe grande ali, envolvendo os Estados Unidos.

E o Brasil?

O Brasil está em segundo plano para o novo presidente norte-americano. Porém, como faz fronteira com a Venezuela, a tendência é um Trump bastante pragmático com o presidente Lula.

Reflexos do EUA no Brasil

Especialista em relações internacionais, Rodrigo Reis avalia que o primeiro trimestre do governo Trump impactará na economia e no comportamento das redes sociais. Ele cita como exemplo o fim do serviço de checagem da Meta e o banimento do TikTok nos EUA. “Em relação ao dólar, a economia brasileira está bastante tensa com possíveis aumentos da moeda”, diz. Sem dúvida, esses primeiros dias prometem tensão. O dólar caiu ontem, mas por causa das intervenções do Banco Central.

É a economia!!!

A fala de Lula na abertura da reunião ministerial deixou muita gente com a certeza de que, se o preço da comida não baixar, muitos na Esplanada perderão a vaga.

Reforma ministerial e fidelidade

Antes de promover uma reforma ministerial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer que os ministros vejam com seus respectivos partidos se eles querem estar com o PT em 2026. Lula, aliás, fez questão de classificar essa consulta como uma “grande tarefa”. Porém, a tendência é a de que o presidente não tenha essa resposta tão rápido quanto gostaria. A maioria dos dirigentes dos partidos de centro prefere deixar esse assunto para o ano que vem. Afinal, há premissas que precisam ser resolvidas antes de se tomar um caminho definitivo. Especialmente, as chances de um candidato do seu próprio grupo.

» » »

Veja bem! Muitos estão de olho nos movimentos do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Se ele optar pelo Planalto mais à frente, muitos o apoiarão. Mas, se o ex-presidente Jair Bolsonaro insistir em lançar um dos seus filhos à Presidência da República, seja o deputado Eduardo, seja o senador Flávio, a tendência é não ter muita conversa. A ex-primeira dama Michelle Bolsonaro, avisam alguns, nem pensar.



CURTIDAS

Maior e melhor! O ministério de Portos e Aeroportos entrega, hoje, parte do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, no Paraná, modernizado e reformado. O local foi contemplado no Novo PAC e se tornou o segundo maior do Sul do Brasil. O final das obras está previsto para março.

Reprodução/redes sociais



E Michelle, hein?! A ex-primeira dama e o deputado Eduardo Bolsonaro conseguiram convite para o jantar de Donald Trump, na véspera da posse. Mas não para o Capitólio. Lá, os passes destinados ao presidente eleito são muito limitados, e o norte-americano convidou familiares, futuros auxiliares, empresários e apoiadores locais, além de religiosos.

O corpo fala! Joe Biden e Kamala Harris aplaudiram o trecho do discurso em que Donald Trump citou a volta para casa dos reféns no Oriente Médio. Porém, no momento em que Trump mencionou que essa volta tinha a ver com a sua eleição, Biden ficou com uma expressão, como quem diz, “ah, fala sério!”.

Por falar em Biden...! Não foram poucos os momentos em que ele e a vice, Kamala Harris, tiveram que ouvir calados Trump criticar a gestão desses últimos quatro anos. A democracia muitas vezes exige “cara de paisagem”.

E os ministros de Lula?! Nem viram a posse de Trump. Estavam na reunião ministerial e sem celular. Sinal de que as prioridades por aqui são outras (leia detalhes no blog da Denise, no site do **Correio**).

PROJETO

Caiado critica PEC da segurança

Governador de Goiás diz que área deve ser prioridade e rejeita projeto do Executivo que, segundo ele, não combate as facções

» VANILSON OLIVEIRA

Arthur Menescal/Esp.CB/D.A Press

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), fez uma série de críticas, ontem, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública apresentada pelo Ministério da Justiça. Segundo ele, o projeto não deve ser aprovado no Congresso Nacional, pois violaria a Constituição brasileira. O chefe do Executivo goiano também afirmou que apenas o estado goiano “consegue conter facções criminosas no país”.

As declarações foram dadas durante entrevista à CNN. Caiado disse que “nenhum outro estado do Brasil tem segurança pública” nos mesmos padrões de Goiás. Ele lembrou de uma das promessas que fez ao assumir o cargo: “ou o bandido muda de profissão ou muda do estado de Goiás”.

Crítico ferrenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governador classificou como “armadilha” o projeto em tramitação que, na avaliação dele, não combate efetivamente o poder das facções criminosas.

Na avaliação do governador, caso o projeto não aborde efetivamente o avanço das organizações criminosas, os governadores seguirão enfrentando grandes dificuldades para atuar em seus estados e promover desenvolvimento. “Qual é a armadilha dessa PEC? Ela não enfrenta o caso das facções que ocupam todas as capitais do Brasil, com exceção de Goiânia. E mais: eles estão tomando e dominando não só o tráfico de drogas, mas também setores como combustíveis, usinas de cana, transporte e saúde”, apontou.

Caiado afirmou que, antes de sua gestão, Goiás enfrentava um

cenário de “colapso” em várias áreas, e ele priorizou a segurança pública com investimentos em inteligência policial, batalhões especializados e ações para coibir crimes como assaltos a banco, sequestros e invasões de terra. “Nunca se teve um assalto a banco, nunca houve um novo cangaço, nunca tivemos carro-forte assaltado ou sequestro. Não há invasão de terra”, destacou.

Ele ressaltou que o combate frontal ao crime organizado impediu que empresas de outros segmentos enfrentassem concorrência desleal dos criminosos. Na avaliação dele, as pessoas veem em Goiás um ambiente mais seguro para investir. “O cidadão anda na rua com um

telefone celular, pega o ônibus às 5h da manhã, abre a padaria às 4h, circula pelas ruas do interior e da capital na hora que desejar”, garantiu.

O governador destacou que, sem segurança, toda a engrenagem econômica e social de um estado fica comprometida. Ele reforça que Goiás obteve êxito ao impedir que facções se estabelecessem e controlassem regiões, diferentemente do que, em sua avaliação, ocorre em parte considerável do país. “O cidadão mora na casa dele, circula a hora que quiser, e isso deu a condição de Goiás dar essa virada na área social. A segurança é o ponto principal para que tudo o resto possa progredir”, reiterou.

Críticas

Ronaldo Caiado argumenta que a Constituição de 1988 concedeu aos governadores a prerrogativa de definir a política de segurança e, por isso, cada estado deve assumir sua responsabilidade ao enfrentar facções, como Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho.

Para ele, a nova PEC em discussão “não enfrenta o caso específico da violência” nem o domínio das organizações criminosas, que, além de drogas, estariam expandindo suas atividades para construção civil, transporte público e até organizações de saúde.

Na semana passada, o

ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou uma nova versão do projeto. A iniciativa acolheu as sugestões de governadores e de secretários de segurança e está na Casa Civil para análise do presidente Lula. O texto traz mudanças significativas para garantir a autonomia de estados e municípios na gestão da segurança pública, além de reforçar estruturas de fiscalização e ajustar competências federais e estaduais.

Entre os pontos principais da proposta, está a inclusão de um parágrafo único no Artigo 21 da Constituição. O dispositivo ressalta que as atribuições da União na segurança pública não substituem as competências de



Qual é a armadilha dessa PEC? Ela não enfrenta o caso das facções que ocupam todas as capitais do Brasil, com exceção de Goiânia. E mais: eles estão tomando e dominando não só o tráfico de drogas, mas também setores como combustíveis, usinas de cana, transporte e saúde”

Ronaldo Caiado,
governador de Goiás

estados e municípios. A medida busca reforçar a autonomia dos entes federativos, atendendo a uma das principais preocupações manifestadas pelos governadores durante o processo de discussão.

A proposta também constitucionaliza os fundos nacionais de segurança pública (FNSP) e penitenciário (Funpen), determinando que seus recursos sejam compartilhados entre todos os entes federativos, com vedação ao contingenciamento. Sobre o financiamento dos fundos, o ministro explicou que a origem do custeio será definida por meio de lei ordinária, atendendo a demandas específicas de governadores.